Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

1/2011

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

APOSENTADORIA

Efeitos

Aposentadoria espontânea. Extinção do vínculo de emprego. A aposentadoria espontânea não extingue o vínculo de emprego, a teor do decidido pelo Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucionais os parágrafos primeiro e segundo do art. 453 da CLT (ADin nº 1.770-4 e ADin nº 1.721-3), motivo pelo qual merece ser reformada a decisão recorrida que adotou entendimento divergente, condenando-se a reclamada ao pagamento das diferenças do acréscimo de 40% incidente sobre os depósitos de FGTS realizados antes da jubilação. (TRT/SP - 00303004120045020060 (00303200406002007) - RO - Ac. 14ªT [20101285986](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 17/01/2011)

BANCÁRIO

Jornada. Adicional de 1/3

BANCÁRIO. FIDÚCIA ESPECIAL. CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS INDEVIDAS. 1. O enquadramento do bancário na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 224, da CLT, exige exercício de função de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou qualquer outra de confiança, desde que acompanhada de atributos diretos e gerenciais. 2. Tratando-se de fato impeditivo ao direito à jornada especial assegurada aos bancários, o ônus probatório da fidúcia especial recai sobre o empregador que dele se desvencilhou satisfatoriamente na espécie, haja vista que a prova oral demonstrou que a reclamante possuía subordinados e detinha, inclusive, poder decisório, enquadrando-se na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 224 da CLT. Desta maneira, não faz jus a horas extraordinárias, assim consideradas as excedentes da sexta diária. 3. Por fim, também não são devidas horas extras além da oitava hora diária com base na jornada declinada na inicial, posto que, muito embora o banco réu não tenha registrado a jornada de trabalho da obreira, em afronta ao art. 74, parágrafo 2º da CLT, aquela jornada restou elidida pelo conjunto probatório existente nos autos, o que desautoriza a prolação de decreto condenatório. 4. Recurso conhecido e improvido. (TRT/SP - 00197001320075020041 (00197200704102006) - RO - Ac. 18ªT [20110009775](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 17/01/2011)

CARTÃO PONTO OU LIVRO

Obrigatoriedade e efeitos

REGISTRO DO PONTO - INVALIDADE: Carecem de validade probante os cartões de ponto trazidos ao feito, quando a prova oral demonstra que as anotações feitas nos espelhos não correspondem à real jornada empreendida". DANO MORAL - INDENIZAÇÃO: Comprovado o constrangimento sofrido no local de trabalho, em razão de perseguição por superior hierárquico durante a relação laboral, há que ser indenizado o ato ilícito praticado". Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 01822007620065020262 (01822200626202003) - RO - Ac. 18ªT [20101326666](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 17/01/2011)

CUSTAS

Prova de recolhimento

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE OBJETIVO. IRREGULARIDADE NO PREPARO. O Provimento GP/CR nº 13/2006 deste Regional, em seu artigo 91, inciso IV, exige que, no preenchimento da Guia DARF, conste o número do processo a que se refere o recolhimento, devendo ser inserido no campo relativo ao número de referência (05). Esta também é a previsão contida no art. 1º do Provimento CGJT nº 03/2004, do C. TST, vigente a época da interposição do recurso. Na espécie, a guia DARF foi preenchida de forma incompleta, visto que não consta o número do processo, inexistindo, inclusive, o número da Vara trabalhista em que tramita a demanda e o nome do reclamante. A irregularidade não permite vincular aquele pagamento ao processo específico, desvirtuando, assim, a sua finalidade, razão pela qual o pagamento é considerado inexistente. Recurso Ordinário não conhecido. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE VALOR DE SALÁRIO E DE HORAS EXTRAS ALEGADOS NA INICIAL. NÃO PROVIMENTO DO APELO, PORQUE NÃO SATISFEITA A REGRA DO ÔNUS DA PROVA PREVISTA NO ARTIGO 818 DA CLT C/C O INCISO I DO ART. 333 DO CPC. O ônus de provar a presença dos elementos fáticos do direito vindicado é do reclamante, de cujo encargo não se desincumbiu. Inteligência do art. 818 da CLT c/c art. 333, inc. I, do CPC. Recurso Ordinário improvido. (TRT/SP - 00859004120065020201 (00859200620102004) - RO - Ac. 18ªT [20101328421](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 17/01/2011)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano Moral e ou Material em razão de infortuito laboral: Nos termos previstos no artigo 7º e incisos XXII e XXVIII da Constituição Federal compete a empregadora a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança" (inc. XXII) e, entre outros "seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. Em assim sendo, restando demonstrado de forma cabal e inconteste que a empregadora zelou ou propiciou condições adequadas e seguras aos seus empregados, impõe-se a não condenação desta a indenização por danos morais e ou materiais ao empregado. (TRT/SP - 00106004220065020082 (00106200608202007) - RO - Ac. 8ªT [20101319570](#) - Rel. LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU - DOE 17/01/2011)

EMBARGOS DE TERCEIRO

Fraude à execução

TERCEIRO EMBARGANTE QUE DEFENTE IMÓVEL PENHOARADO EM FRAUDE À EXECUÇÃO. DIREITO À ISENÇÃO DAS CUSTAS, NA VERDADE EMOLUMENTOS POR CERTOS ATOS DE EXECUÇÃO. O terceiro embargante não integra o pólo passivo da execução, na condição de empregador ou sucessor deste, e, portanto, como pessoa física, faz jus à gratuidade judiciária, porque a nulidade da alienação faz retornar o imóvel ao patrimônio do alienante, este sim, integrante do pólo passivo da execução. Agravo de petição não conhecido por deficiência de traslado. (TRT/SP - 00260004320105020022 (00260201002202001)

- AIAP - Ac. 13ªT [20101276880](#) - Rel. FERNANDO ANTONIO SAMPAIO DA SILVA - DOE 17/01/2011)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Responsabilidade da sucessora

SUCESSÃO DE EMPRESAS. GARANTIA DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. A sucessão tem por objetivo garantir que o crédito decorrente da condenação acompanhe o destino dos ativos aptos a satisfazê-lo. Assim, se houve transferência de patrimônio a terceiro, este, ao assumi-lo, sucedeu o antigo devedor nas dívidas vinculadas àquilo que adquiriu. (TRT/SP - 00938003420065020053 (00938200605302008) - AP - Ac. 5ªT [20101337463](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 17/01/2011)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE - NÃO ACOLHIMENTO. Não tendo a autora ingressado com pedido de reintegração, resta configurada a renúncia ao direito perseguido e, tendo a lei a finalidade de garantir o emprego durante o período de estabilidade provisória e não o recebimento dos salários sem a efetiva contraprestação, não merece acolhida a pretensão da autora. Recurso Ordinário da reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 01904005320055020312 (01904200531202009) - RO - Ac. 8ªT [20101319554](#) - Rel. LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU - DOE 17/01/2011)

HONORÁRIOS

Perito em geral

HONORÁRIOS PERICIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. Inafastável a incidência do amplo efeito à gratuidade, por força do art. 790-B da CLT, para isentar o autor do pagamento dos honorários periciais. A remuneração do profissional observará o procedimento previsto no Provimento GP/CR n.º 13/2006 do E. TRT da 2ª Região (Consolidação das Normas da Corregedoria Regional), devendo o MM. Juízo a quo tomar as providências para o implemento desse pagamento. Recurso do reclamante a que se dá provimento no particular. (TRT/SP - 02551004520055020051 (02551200505102002) - RO - Ac. 13ªT [20101331619](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 17/01/2011)

HORÁRIO

Compensação em geral

Acordo de prorrogação. Acordo de compensação. Não é regular a concomitância de acordo de prorrogação e acordo de compensação, quando o empregado pode se sujeitar a jornada de trabalho superior ao limite máximo de 10 horas diárias (8 horas normais, 2 horas decorrentes do acordo de compensação e 2 horas de prorrogação), razão pela qual o "banco de horas" revela-se inválido, em face do disposto no art. 59, caput, parágrafo 2o, da CLT. (TRT/SP - 00235008420065020073 (00235200607302004) - RO - Ac. 14ªT [20101286010](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 17/01/2011)

JORNADA

Intervalo violado

INTERVALO INTRAJORNADA. Minutos faltantes. Pondere-se ser incabível a limitação da condenação apenas aos minutos faltantes para o cômputo do intervalo e não o intervalo inteiro, tendo em vista que as disposições relativas ao intervalo intrajornada concernem ao Direito Tutelar do Trabalho, de ordem pública, conteúdo cogente e inderrogável. Trata-se de matéria intrínseca à saúde do trabalhador com o escopo de propiciar a recuperação de energias e a manutenção da higidez física e mental, em razão do maior desgaste ocorrido. Adoto, no particular, a OJ 307 da SDI-1 do TST. Apelo não provido. (TRT/SP - 05415003320065020087 (05415200608702005) - RO - Ac. 17ªT [20110013349](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 17/01/2011)

JUSTA CAUSA

Abandono

ABANDONO DE EMPREGO. Geral. Com efeito, dois requisitos caracterizam o abandono de emprego: o decurso de um período determinado de ausência injustificada ao serviço (elemento objetivo), que a jurisprudência fixou como sendo por trinta dias e a intenção manifesta do empregado em romper o contrato (elemento subjetivo), cujo onus probandi compete ao empregador e do qual se desvencilhou satisfatoriamente. Apelo não provido. (TRT/SP - 00322006020075020446 (00322200744602002) - RO - Ac. 17ªT [20110013284](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 17/01/2011)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA 331, "IV", DO C. TST. Restando incontroversa a prestação de serviços do reclamante em favor da recorrente, ainda que por intermédio de empresa de fornecimento de mão-de-obra, deve aquela responder subsidiariamente pelo débito trabalhista, aplicando-se ao caso o teor da Súmula nº 331, IV, do C. TST. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 01625003320055020074 (01625200507402007) - RO - Ac. 5ªT [20101335711](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 17/01/2011)

SPTRANS. RESPONSABILIDADE. A SPTrans é uma sociedade de economia mista, com constituição autorizada pelo Decreto Municipal nº 365, de 10.10.1946, cuja acionista majoritário é o Município de São Paulo. A análise de seu objeto social (fl. 107), no artigo 2º demonstra que a segunda reclamada é gestora e fiscalizadora do Sistema Municipal de Transportes Públicos, não lhe podendo ser imputada responsabilidade pelos créditos deferidos ao reclamante. Inteligência da OJ transitória nº66 da SDI-1 do Colendo TST. (TRT/SP - 01361007620055020075 (01361200507502008) - RO - Ac. 13ªT [20101276960](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 17/01/2011)

Não há óbice à contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades-meio pelas empresas ou instituições. Entretanto, o princípio da proteção ao trabalhador e a teoria do risco permitem responsabilizar o tomador subsidiariamente, diante da inadimplência do prestador, pelo prejuízo causado aos seus empregados, cuja força de trabalho foi usada em benefício do primeiro. Ainda que exista boa-fé, a responsabilidade subsidiária se impõe, por ter o tomador

negligenciado na escolha do intermediário ("culpa in eligendo"). Súmula 331 do TST. (TRT/SP - 00712005020085020020 (00712200802002008) - RO - Ac. 5ªT [20101337366](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 17/01/2011)

PORTUÁRIO

Normas de trabalho

"Usiminas. Enquadramento Sindical e Sujeição às Convenções Coletivas dos Trabalhadores Portuários Avulsos. Impossibilidade. Embora a Usiminas detenha autorização governamental para a exploração de Terminal de Uso Privativo ou Misto, com base na Lei 8.630/93, tal circunstância não permite concluir que seja representada pelo SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo. A identificação da categoria econômica, que é feita de acordo com a atividade preponderante do empregador, permite destacar, dentre as atividades realizadas por determinado empreendimento empresarial, aquela que é a espinha dorsal que movimenta o negócio. Não basta apenas que no universo de atividades realizadas por uma empresa, haja alguma que tenha maior relevância, sendo necessário que esta atividade, sozinha, permita a gestão do negócio. A Usiminas realiza atividade portuária com o objetivo de receber matérias primas para a realização de seu objeto social, que é a produção de laminados de aço, circunstância que afasta a sua sujeição às convenções coletivas formalizadas entre o SOPESP e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários." (TRT/SP - 00430007020095020255 (00430200925502001) - RO - Ac. 10ªT [20110011400](#) - Rel. CÂNDIDA ALVES LEÃO - DOE 17/01/2011)

PRESCRIÇÃO

Prazo

Tratando-se de pretensão decorrente de contrato de trabalho, submetida a esta Justiça Especializada nos termos do artigo 114 da Constituição Federal, aplicam-se as regras procedimentais aqui disciplinadoras da atuação em juízo, dentre as quais a pertinente ao modelo prescricional, com regra constitucional específica expressa: a prescrição aplicável não é a civil, mas a prevista no inciso XXIX do artigo 7º daquela norma, ainda mais considerando que a regra em comento não excetua qualquer hipótese. Assim, considerando data de ruptura contratual e de ajuizamento da ação, resta indiscutivelmente esgotado o prazo extintivo previsto no artigo 7º, XXIX da Constituição Federal (superados os dois anos após a rescisão contratual). Ainda que aplicável à espécie a pretendida prescrição civil, o prazo de 20 anos estabelecido pelo Código Civil de 1916 é contado do evento danoso, ou seja, no presente caso, de 25.09.1985, de modo que a reclamatória interposta somente em 2007 suplantou inclusive esse limite temporal. (TRT/SP - 00211001120075020252 (00211200725202001) - RO - Ac. 13ªT [20101331635](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 17/01/2011)

PROVA

Horas extras

Horas extras e reflexos. Prova. Evidenciado pela testemunha que o reclamante praticava, de modo geral, a jornada declinada na inicial, bem como o fato de a reclamada manter controle em apartado das horas extras e pagá-las de forma incorreta, acertada a decisão de origem que deferiu o pagamento de horas extras. Pequenas discrepâncias entre as informações da inicial e àquelas contidas nos depoimentos das partes e testemunhas são normais, dado que, referem a fatos

ocorridos no passado, não se podendo exigir que haja exata coincidência entre as alegações da inicial e as informações prestadas nos depoimentos pessoais. Recurso Ordinário não provido. (TRT/SP - 00003000220095020022 (00003200902202006) - RO - Ac. 14ªT [20101287490](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 17/01/2011)

Ônus da prova

REGRAS DO ÔNUS DA PROVA. PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS, EXTINTIVOS, MODIFICATIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO. Inteligência do artigo 333, do CPC e artigo 818 da CLT. O processo do trabalho contém norma precisa sobre o ônus da prova e o distribui de modo uniforme e equilibrado entre as partes. Via de regra, sejam quais forem as respectivas alegações, positivas ou negativas, de fatos constitutivos, modificativos, impeditivos ou extintivos, a prova incumbe a qualquer das partes que as formule. Compete à parte trazer aos autos elementos convincentes de suas assertivas, para fins de formação do convencimento do Juízo a seu favor. (TRT/SP - 01761008320085020085 (01761200808502003) - RO - Ac. 8ªT [20101319589](#) - Rel. LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU - DOE 17/01/2011)

Relação de emprego

Admitindo a prestação de serviços voltados para a atividade-fim do seu negócio, a reclamada atraiu para si o ônus da prova quanto aos fatos por ela alegados como impeditivos da caracterização do vínculo empregatício. (TRT/SP - 01805006620065020003 (01805200600302002) - RO - Ac. 17ªT [20110013772](#) - Rel. MARIA DE LOURDES ANTONIO - DOE 17/01/2011)

QUITAÇÃO

Validade

TRANSAÇÃO. Plano de demissão voluntária. Adesão ao PDV não implica em acordo para rescisão contratual, mediante concessões recíprocas, mas mero desligamento instituído pela empresa, por ato unilateral, impondo-se a interpretação restritiva de que trata o art. 843, do Código Civil (art. 1027 do Código Civil de 1916), desprovida da pretendida eficácia liberatória das obrigações decorrentes do extinto contrato de trabalho. Preliminar que se rejeita. (TRT/SP - 01294000620065020316 (01294200631602000) - RO - Ac. 17ªT [20110013160](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 17/01/2011)

RECURSO

Fundamentação

RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE ATAQUE DIRETO AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL (ART. 514, II, DO CPC). INCIDÊNCIA DA SÚMULA 422 DO C. TST. 1. Dispõe o art. 514, II, do CPC, que a apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterà os fundamentos de fato e de direito. Revela este dispositivo o Princípio da Dialeiticidade Recursal, um dos norteadores do direito processual, que reza que o recurso deve trazer em seu bojo as razões de fato e de direito que justifiquem uma nova manifestação jurisdicional. 2. Portanto, o ataque específico aos fundamentos da decisão recorrida, de molde a demonstrar o desacerto do Juízo a quo, é um dos pressupostos de

admissibilidade recursal. Este é o entendimento consubstanciado, inclusive, na Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho: "Não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta". 3. Na casuística, o apelo feriu frontalmente o princípio da dialeticidade recursal, posto que não atacou diretamente os fundamentos da sentença primeva nos termos em que fora proposta, restringindo-se apenas em reiterar as alegações perfilhadas na exordial, o que impossibilita a delimitação da atividade jurisdicional em sede recursal. 4. Recurso não conhecido. (TRT/SP - 02188002420095020446 (02188200944602006) - RO - Ac. 18ªT [20110009880](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 17/01/2011)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Cooperativa

EMENTA. VÍNCULO DE EMPREGO. TRABALHADOR COOPERADO. As cooperativas são associações de pessoas, comprometidas a contribuir com bens e serviços, em prol de uma atividade econômica, sem objetivo de lucro. A atuação da sociedade como mera intermediadora de mão-de-obra descaracteriza a relação de cooperativismo, na medida em que a prestação não ocorre em prol dos associados, mas, sim, em benefício da tomadora de serviços. (TRT/SP - 01127002120075020315 (01127200731502003) - RO - Ac. 14ªT [20101287113](#) - Rel. IVETE RIBEIRO - DOE 17/01/2011)

Subordinação

Ausência de subordinação. Relação de emprego não configurada. A condição essencial para o reconhecimento do liame empregatício é a subordinação do empregado as ordens e diretrizes do empregador. Não verificada a condição de trabalho subordinado, não há que se falar em reconhecimento de vínculo empregatício. Recurso Ordinário do reclamante não provido. (TRT/SP - 00193008420085020066 (00193200806602005) - RO - Ac. 14ªT [20101287377](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 17/01/2011)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade subsidiária. Fazenda Pública. Súmula 331, IV, TST. A celebração de contrato de prestação de serviços com empresa inidônea quanto às obrigações trabalhistas, atrai a responsabilidade subsidiária do contratante quanto a estas, visto que sobre ela recai a culpa in eligendo ou in vigilando pela má escolha da prestadora de serviços e por falta de fiscalização, especialmente em se tratando de ente de direito público interno, que preparou o edital de concorrência pública e viabilizou a contratação de empresa inidônea. Além disso, tendo o tomador dos serviços se beneficiado diretamente do labor do reclamante, deve ser considerado, também por este motivo, subsidiariamente responsável pelo pagamento das verbas condenatórias deferidas, tudo conforme orientação da súmula nº 331, IV, do TST. (TRT/SP - 01723001720065020441 (01723200644102007) - RE - Ac. 14ªT [20101286001](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 17/01/2011)

REVELIA

Efeitos

REDUÇÃO SALARIAL - REVELIA - DIFERENÇAS. "Declarada a revelia das reclamadas por ausentes à audiência inicial e aplicando-se-lhes a pena de confissão quanto à matéria de fato, são devidas diferenças salariais uma vez presumida verdadeira a versão inicial de redução do salário, devendo ser apuradas em regular execução de sentença de acordo com os aumentos concedidos à categoria". Recurso ordinário a que se dá provimento parcial. (TRT/SP - 00452000320025020059 (00452200205902004) - RO - Ac. 18ªT [20101326585](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 17/01/2011)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

Acúmulo de função. Diferenças salariais. Demonstrado nos autos que desde a contratação a reclamante já utilizava veículo para realização de coletas externas para exames clínicos, tem-se que o veículo era ferramental necessário a consecução do serviço principal e, portanto, o salário pago englobava, inclusive, serviços de condução do veículo para realização de tais coletas. Aplicável, na hipótese, a regra do art. 456, parágrafo único, da CLT. Recurso Ordinário da reclamante não provido. (TRT/SP - 00471002920095020462 (00471200946202002) - RO - Ac. 14ªT [20101287393](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 17/01/2011)

SALÁRIO-UTILIDADE

Alimentação (em geral)

VALE-ALIMENTAÇÃO - NORMA COLETIVA - PAT . "Não há que se falar em integração da ajuda-alimentação à remuneração, em sendo fornecido o benefício a título oneroso em cumprimento a norma coletiva da categoria, além de comprovada a adesão da empresa ao PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador". Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 01608000520075020445 (01608200744502009) - RO - Ac. 18ªT [20110008400](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 17/01/2011)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

Sexta-Parte. Não incidência. Nos termos do quanto disposto no artigo 129 da Constituição Estadual e na Súmula n.º 04 do TRT/2ª Região, inexistente qualquer diferenciação acerca do regime jurídico do servidor público à obtenção do benefício denominado sexta-parte. Preenchidos os requisitos legais à sua percepção, deve ser aplicado tanto ao servidor estatutário quanto ao servidor contratado pelo regime celetista. Todavia, tal benefício é devido aos servidores da administração direta, das autarquias e das fundações estaduais, conforme interpretação do artigo 124 do mesmo ordenamento. Tendo em vista a constituição da demandada sob a forma de sociedade anônima de economia mista e de capital autorizado, aos seus empregados não é assegurado o benefício postulado. Ação que se julga improcedente. (TRT/SP - 01781003720085020059 (01781200805902008) - RO - Ac. 14ªT [20101287040](#) - Rel. IVETE RIBEIRO - DOE 17/01/2011)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Representação da categoria e individual. Substituição processual

AÇÃO DE CUMPRIMENTO. AÇÃO COLETIVA EM DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. A presente ação trabalhista de cumprimento trata de típica ação coletiva em defesa de direitos individuais homogêneos (art. 81, III, do Código de Defesa do Consumidor), na qual o Sindicato atua - em fase de conhecimento - como substituto processual de toda a categoria, enquanto grupo uno (art. 8.º, III, da Constituição Federal), e não como mero representante dos membros individualmente considerados que a compõem, ou seja, pleiteia em nome próprio direito coletivo. A matéria já foi objeto de consideração do E. Supremo Tribunal Federal (Precedentes: RE 210029, RE 193503, RE 193579, RE 208983, RE 211874 e RR 202.063-0), tendo o C. TST - inclusive - cancelado a Súmula 310, a qual exigia a individualização dos substituídos na petição inicial, pela Resolução 121/2003. Recurso a que se nega provimento, no ponto. (TRT/SP - 01751007820085020075 (01751200807502000) - RO - Ac. 5ªT [20101337579](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 17/01/2011)